

## ■ COMENTÁRIOS & PERSPECTIVAS

# A arte de fazer trapalhada

**Maria Clara R. M. do Prado**



**E**m nenhum outro país civilizado será fácil encontrar tanta trapalhada na divulgação das estatísticas econômicas oficiais como as que têm ocorrido ultimamente no Brasil.

Talvez no Afeganistão, mas a compa-

ração chega a ser covardia, marcado que está o país por profundos e sangüíneos conflitos internos.

Tudo porque o governo não consegue dar um jeito no crescente déficit do setor público. No início do ano, a culpa de todos os males fiscais do País recaiu sobre os estados e municípios. Os governadores chiaram e a área econômica teve de mudar o discurso. Como não há remédio à vista, o melhor é disfarçar, omitir, retardar. Fugir da responsabilidade de ter de explicar o que já é há muito tempo sabido. Que a área econômica perdeu o pé na questão fiscal.

“Não se chuta cachorro morto”, foi a ex-

pressão usada ontem por um conceituado consultor, experiente dentro e fora do governo. Quis dizer o seguinte: o déficit fiscal é um sério problema, reconhecido por todos como tal, e não vai desaparecer simplesmente porque o governo resolveu retardar a divulgação da trajetória medida pela deficiência acumulada ao longo de doze meses.

Ontem, o Banco Central não divulgou o déficit do período de doze meses junto com os dados mensais de maio. Restringiu a divulgação ao comportamento ocorrido no ano de 1998, desde janeiro.

As necessidades de financiamento do setor público entre janeiro e maio, em base nominal, chegaram a 6,52% do PIB, ou quase R\$ 6 bilhões. Em maio, o buraco ficou mais de R\$ 1 bilhão maior do que em abril.

Também não se divulgou oficialmente quanto representa em termos de PIB o déficit mensal relativo ao mês de maio. Talvez para não facilitar as contas de quem tentou descobrir o déficit acumulado no período de doze meses até maio.

É que o Banco Central usa uma metodologia muito própria para valorizar o PIB a preços do mês em questão, aquele que marca o final do período de doze meses. Se o

considerado é o período de junho a maio, por exemplo, tem de trazer o PIB para preços correntes de maio.

Para isso, aplica como deflator o IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, centrado. Quer dizer: é o IGP da FGV apurado a partir de uma média geométrica das variações observadas em um mês comparadas com a média geométrica das variações do mês seguinte. Esse critério fazia sentido quando a inflação andava a galope. Hoje, não tem a menor razão de continuar sendo usado.

Mas o fato é que ainda é aplicado. Dá mais trabalho, mas não impede que se chegue ao percentual aproximado do déficit anualizado. Alguns cálculos feitos ontem apontam para um déficit nominal em torno de 7% do PIB entre junho de 1997 e maio deste ano.

O BC, depois de dizer que esse dado só seria divulgado com defasagem de dois a três meses, tentou baixar a poeira que ele mesmo levantou. Comprometeu-se em torná-lo público até o final de setembro. Antes do primeiro turno das eleições, portanto.

A questão não se esgota ali. O fato, conhecido dos especialistas, é que o déficit fiscal piorou drasticamente nos últimos meses do ano passado e, anualizado, só de-

saparecerá das estatísticas a partir dos números relativos a agosto.

Ora, se o déficit anualizado até o final de maio só será divulgado em fins de setembro, nada mais racional do que imaginar que no novo passo o déficit anualizado até junho seja divulgado no final de outubro (podendo sair até mesmo depois do segundo turno das eleições, previsto para o dia 25).

O de julho, que tende a ser o pior deles antes de começar a melhorar, só sairia em fins de novembro.

Por mais que a área econômica negue, fica difícil imaginar que não há aí uma artimanha com o intuito de evitar qualquer impacto negativo de um déficit piorado sobre a decisão dos eleitores.

E, ironia, pode acabar pesando mais a desconfiança de que os dados estão sendo manipulados do que o próprio resultado de um déficit piorado. Quem acompanha o assunto já estava, a rigor, esperando por uma deterioração estatística.

Teria sido dispensável ao BC passar pelas explicações constrangedoras e totalmente desprovidas de sentido que se viram ontem.

Primeiro, não tem pé nem cabeça dizer que

os analistas iriam desconsiderar o esforço do governo em melhorar o quadro fiscal.

Alegou-se que ficaria camouflado em meio aos resultados ruins do final do ano passado. Ora, quando o BC divulga o déficit a partir de janeiro — como fez ontem —, deixa claro que houve uma melhora de lá para cá. Bastaria prosseguir com a divulgação desse dado.

Para uma equipe que já se bateu em defesa de que vale o comportamento ao longo de um período mais largo de tempo — afinal, o mundo não acaba com o ano calendário —, a nova postura marca uma diferença. Resta saber se continuará quando a curva embicar para baixo, para um déficit menor.

Por fim, é balela essa história de que o BC está alinhando o critério de divulgação do déficit fiscal ao de outros países.

Em muitos, o déficit público é divulgado em bases anualizadas. Isso acontece na Europa, onde os interessados precisam manter-se ajustados aos limites do euro.

O alinhamento que o Brasil precisa fazer nessa área não é de divulgação mas de efetivo combate ao déficit fiscal. É aqui que o exemplo dos outros deveria ser seguido. ■

(Esta coluna sai todas as terças, quintas e sextas-feiras)